

-----ACTA 26/2010-----

-----Da Reunião Ordinária de 15 de Novembro de 2010-----

-----Aos quinze dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dez nesta cidade de Almeirim, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Técnica, Teresa Isabel de Matos Alexandre, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste concelho, os Senhores:-----

-----Presidente, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes e Vereadores, Pedro Miguel César Ribeiro, Francisco Manuel Maurício do Rosário, José Carlos da Silva, Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira, Maria de Fátima Rodrigues Pina Cardoso e José Manuel Aranha Figueiredo.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----O Senhor Presidente perguntou se algum dos Autarcas queria usar da palavra no Período Antes da Ordem do Dia.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício fez a seguinte intervenção:-----

-----"1 - Quero chamar a atenção para o facto de não se encontrar qualquer informação na obra a decorrer no Parque Desportivo Alfredo Bento Calado. As obras co-financiadas a isso obrigam.-----

-----2 - Na última reunião da Câmara de 2 de Novembro, no seu ponto nº 4 - Tomada de conhecimento do parecer da CCDRLVT sobre a Alteração da Carta Urbanística de Almeirim de Fazendas de Almeirim - Centro Escolar de Fazendas de Almeirim, a enviar à Assembleia Municipal;-----

-----Fomos surpreendidos numa leitura atenta dos mesmos documentos, que demonstram claramente o desrespeito pelos órgãos

autárquicos, pela população de Almeirim, por parte da maioria que é responsável por toda esta má gestão dos dinheiros municipais, e em especial do presidente da câmara que, com o maior descaramento falta á verdade e com total descaramento mente à população de Almeirim, com prejuízos irreparáveis, em especial para a população de Fazendas de Almeirim.-----

-----Assim na Acta da Reunião de alteração do PDM de Almeirim - Centro Escolar de Fazendas de Almeirim, de 23 de Julho de 2010 podemos verificar o seguinte:-----

-----1) pág 2) " A CCDR informou que, dado estar já a decorrer a obra de construção do centro escolar em violação do PDM em vigor, a mesma deverá ser objecto de embargo e que será despoletado o competente processo de contra-ordenação à autarquia.-----

-----2) 27/05/2010 foi lavrado um Auto de Noticia resultante da competente acção de fiscalização realizada em 24/05/2010, onde foi constatado os trabalhos de construção do centro escolar estavam efectivamente a decorrer no terreno."-----

-----3) Na pág. 5 " ..lamenta-se o facto da autarquia recorrer à figura jurídica de alteração do PDM como forma de viabilizar um empreendimento em curso no terreno, adaptando o Plano a esse empreendimento, quando a elaboração ou alteração dum PMOT deveria ser um instrumento estratégico, orientador e decisor quanto à ocupação dos solos, com o qual qualquer operação urbanística se deva conformar".-----

-----4) E na pág. 7 " Na reunião ocorrida em 19 de Maio, entre a CCDRLVT e a C.M., ficou acordado que a proposta corresponderia a uma alteração da categoria do espaço onde está a ser construído o centro escolar, de ZVP - Zona verde particular para ZRE - Zona de Reserva para Equipamentos, bem como a requalificação para ZVP de outro espaço disponível no mesmo aglomerado urbano e actualmente qualificado com ZRE, de modo a garantir e preservar a actual dotação de espaços do tipo ZVP previstos no PDM em vigor".-----

-----No jornal o Mirante de 22 de Junho de 2010 - sobre o título

"As obras do centro escolar de Fazendas de Almeirim continuam envolvidas em polémica". Temos a descrição desta notícia, junto uma cópia para que não haja dúvidas "Depois de se saber que o equipamento começou a ser construído numa zona interdita à edificação, o que vai obrigar a uma alteração do Plano Director Municipal (PDM), o presidente da Câmara de Almeirim ordenou a suspensão das obras para alterações ao projecto ao aproveitamento de um terreno adquirido pela Junta de Freguesia, que pretendeu beneficiar alguém, com a agravante que as condicionantes referidas por mim, desaconselhavam a compra do terreno" .."o presidente da Câmara de Almeirim ordenou a suspensão das obras para alterações ao projecto.-----

----- Sousa Gomes decidiu também enviar para a Inspecção Geral das Autarquias Locais (IGAL) o processo para que seja aberta uma investigação à aquisição dos terrenos por parte da junta de freguesia". Para Sousa Gomes pode haver alguma ilicitude pelo facto do espaço ter sido adquirido sem que estivesse previsto qualquer equipamento público para o local." -----

-----1º - O presidente da Câmara faltou à verdade quando afirmou que "ordenou a suspensão das obras para alteração ao projecto", pois as obras foram suspensas porque estavam a violar o PDM e a câmara foi objecto de uma sanção.-----

-----2º - O senhor presidente da câmara violou as normas legais e não cumpriu o dever legal de prestar a informação verdadeira sobre a situação da referida construção do centro escolar de Fazendas de Almeirim, com graves prejuízos para as crianças e para as famílias.-----

-----3º- O senhor presidente omitiu a verdade, porque nunca informou os órgãos da autarquia, câmara e assembleia municipal desta decisão dos órgãos de fiscalização Comissão Desenvolvimento Regional.-----

-----4º Como se obrigou a determinar uma nova área de Zona Verde Particular, em substituição desta, como contrapartida, onde é que a mesma se situa?-----

-----Ou será que é mais uma estratégia, porque não foi indicada

nenhuma nova área, o que apenas prejudica o futuro do Concelho e da sua população, por não ter uma estratégia de desenvolvimento.-----

-----5º O que tem a dizer sobre esta afirmação "lamenta-se o facto da autarquia recorrer à figura jurídica de alteração do PDM como forma de viabilizar um empreendimento em curso no terreno, adaptando o Plano a esse empreendimento, quando a elaboração ou alteração dum PMOT deveria ser um instrumento estratégico, orientador e decisor quanto à ocupação dos solos, com o qual qualquer operação urbanística se deva conformar".----

-----6º Já solicitou o inquérito à IGAL para investigar quem foi beneficiado, como anunciou oficialmente em Reunião deste Executivo?-----

-----Só nos falta saber agora se CCDRLVT- Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, tendo verificado, através da sua fiscalização, uma situação grave de violação do PDM - Plano Director Municipal de Almeirim, já comunicou e enviou a respectiva participação, a que se acha obrigada nos termos da Lei para o Ministério Público junto do Tribunal respectivo, dado o total "desplante" com que o presidente da câmara municipal admite a violação culposa de instrumentos de ordenamento do território e de planeamento urbanístico válidos e eficazes, bem como ilegalidades graves traduzidas na consecução de fins alheios ao interesse público.--

-----Apurem-se as responsabilidades, não se prejudique mais os interesses do Município de Almeirim e da sua população."-----

-----O Senhor Presidente respondeu, dizendo que devolve ao Vereador Francisco Maurício, tudo aquilo de que ele o enunciou. Disse que a obra nunca foi embargada pela CCDRLVT, que a Câmara resolveu suspender a obra, para alteração na CCDDR, antes de eventualmente ser embargada, e o que irá ser presente à Assembleia Municipal, é o parecer final daquela Entidade.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo questionou o Senhor

Presidente se este nada tem a dizer sobre a compra dos terrenos, e que se ele mesmo levantou reservas em relação àquela aquisição, é porque há alguma questão menos clara, senão, não teria dito o que disse. Perguntou ainda se o Senhor Presidente já fez a participação à IGAL, ao que o Presidente respondeu que não.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE GLOBALIDADE - O Senhor Vice Presidente informou o Executivo Municipal dos despachos de deferimento na Globalidade que fez, ao abrigo da delegação de competências:---

-----Filipe Dias Ribeiro, cinquenta e cinco; Maria João Cruz dos Reis, sessenta e sete, ambos de dois mil e dez.-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Senhor Vice Presidente informou o Executivo Municipal dos despachos de deferimento na

Arquitectura que fez, ao abrigo da delegação de competências:--

-----Manuel José Batista Flauzino, setenta e seis de dois mil e nove.-----

-----LOTEAMENTO EM PAÇO DOS NEGROS - Senhor Vice Presidente deu conhecimento ao Executivo do processo de loteamento urbano, em nome de Mário Carlos Braz Mira, na Rua Vale João Viegas - Paço dos Negros, esclarecendo que este loteamento surge por força de partilhas. Neste caso, o que está em causa é se a Câmara aceita a cedência ou pagamento, em relação às infraestruturas, é de prescindir das mesmas, uma vez que já existem e o passeio em falta, será feito quando se fizerem os outros.-----

-----Assim, foi deliberado que pela exiguidade da área técnica, de 126m² destinada a zonas verdes e de equipamento de utilização, ser devida a compensação no valor de 1.556,15€. Foi deliberado prescindir das infraestruturas inexistentes,

designadamente rede de gás, rede telefónica subterrânea e passeios, porque as construções já existem e por se tratar de um loteamento por força de partilhas. Foi ainda deliberado que a Câmara Municipal fará os passeios no momento em que fizer todos os outros no arruamento.-----

-----Assim, é aprovada por unanimidade na Globalidade a operação de loteamento.-----

-----**DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA LICENÇA DE CONSTRUÇÃO NUMERO 45/08 E INSTAURAÇÃO DO RESPECTIVO PROCESSO DE CONTRA ORDENAÇÃO - O Senhor Vice Presidente apresentou a seguinte proposta:"Tendo em conta o parecer do Dr. Victor Batista, em anexo, proponho que a Câmara indefira a extensão do prazo da licença, apresentado pela Fund Box e que seja declarada a caducidade da licença de construção numero 45/08, por as obras não terem sido iniciadas no prazo de nove meses a contar da data de emissão do alvará.-----

-----Proponho ainda que seja instaurado o respectivo processo de contra-ordenação".-----

-----Acompanha esta proposta o parecer do Consultor Jurídico, Dr. Victor Batista, do seguinte teor:-----

-----"Processo nº 254/04, requerente Onoris SA, Fund Box SGFII SA, caducidade de licença de construção 45/08. Audiência de interessado.-----

-----Antecedentes-----

-----Foram a interessada ONORIS SA e a sociedade gestora Fund Box , notificadas através do ofício nº 904/2010, de 04.10.2010, da deliberação da Câmara nos termos da qual foi o identificado Fundo considerado parte ilegítima relativamente ao pedido de extensão do prazo da licença de construção supra identificada e, simultaneamente foi decidida a intenção de declarar a caducidade da mesma licença com fundamento em não terem sido iniciadas as

obras no prazo de 9 meses.-----

-----Exercendo o seu direito de participação, veio o Fund Box, em representação do Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado, IMOGENESIS SA, rebater a sua falta de legitimidade e pugnar pela extensão do prazo da licença, dizendo, em síntese, o seguinte:-----

------(i) - O IMOGENESIS é proprietário dos prédios para os quais foi emitida a licença de construção, conforme a escritura que junta;-----

------(ii) - A Câmara teve, desde o início, conhecimento da transacção supra referida, pois houve reuniões com representantes do Fundo;-----

------(iii)-Requerem, agora, a alteração da titularidade da mesma a favor do Fundo;-----

------(IV)-A Câmara nunca comunicou ao Fundo a situação de caducidade da licença;-----

------(V)-A situação financeira do Fundo, à data prevista para o início das obras não lhe permitiria dar início às mesmas, em virtude da ONORIS não ter dotado o Fundo com os meios financeiros indispensáveis, pelo que a situação não se deve a qualquer atitude laxista do Fundo, mas a impossibilidade de cumprimento;-----

------(VI)-O Fundo continua a não ter liquidez que lhe permita dar início às obras, mas tem interesse na manutenção da licença;-----

------(VII)-O regime excepcional de prorrogação das licenças criado pelo DL nº 26/2010 parte do pressuposto que a actual crise económica criou grandes dificuldades no sector imobiliário e visa reforçar a confiança dos agentes económicos promovendo e facilitando o investimento.-----

-----II-Análise-----

-----1-Quanto à legitimidade-----

-----Para comprovar a titularidade dos prédios para os quais foi emitida a licença de construção, o requerente Fund Box junta cópia da escritura de 25/07/2008, lavrada a fls. 48 do Livro 28-

A da Notária Ana Paula Marques Ucha, onde se pode constatar que a Onoris vendeu ao Fundo Imogenesís SA, representado no acto pelo Fund Box, os mencionados prédios sitos em Almeirim.-----

-----Deste modo, considera-se comprovada legitimidade do requerente Fund Box.-----

-----De qualquer modo, verifica-se que a requerente não deu cumprimento à obrigação de comunicar à Câmara a alteração de titularidade do prédio e consequente averbamento de substituição do titular da licença, o que constitui contra-ordenação nos termos da alínea o) do nº 1 do artigo 98º do RJUE.-----

-----Deve, assim, ser ordenada a instauração do competente processo de contra ordenação.-----

-----2-Quanto à caducidade-----

-----Pretende a Fund Box a manutenção da licença, mediante a prorrogação do respectivo prazo de validade por mais 36 meses, alegando que, por si pelo seu representado Fundo Imogenesís SA, não teve conhecimento anterior da situação da caducidade da licença, confessando, porém, que o seu Fundo não dispunha à data, como actualmente também não dispõe, de meios financeiros que lhe permitam dar início às obras. Apresenta como justificação o facto do Fundo não ter sido dotado pela Onoris SA dos necessários meios financeiros.-----

-----O desconhecimento da lei, como a própria requerente reconhece, não aproveita a ninguém, mas deve referir-se que se afigura totalmente inexplicável essa eventual ignorância por parte de uma entidade, o requerente, que é precisamente uma entidade gestora de fundos de investimento imobiliário, devendo, por isso, ter um conhecimento privilegiado das normas legais aplicáveis à actividade imobiliária, em particular à de construção e designadamente das regras e prazos a que encontram sujeitas as operações urbanísticas.-----

-----Aliás, em bom rigor, parece resultar da exposição da Fund Box, que não ignorava a situação, pois o que pretende é transferir para terceiro a responsabilidade pelo incumprimento do prazo para iniciar a obra.-----

-----Deste modo, considera-se irrelevante o eventual desconhecimento da situação de caducidade.-----

-----Alias, em bom rigor, parece resultar da exposição da Fund Box, que não ignorava a situação, pois o que pretende é transferir para terceiro a responsabilidade pelo incumprimento do prazo para iniciar a obra.-----

-----E se a construção não foi iniciada no prazo legal, por motivos imputáveis a terceiros, restará à Fund Box, enquanto representante do Fundo Imogenesim, responsabilizar esse terceiro (no caso, seria a Onoris SA) pelo alegado incumprimento que lhe imputa.-----

-----Por outro lado, não se afigura que o facto invocado como a impossibilidade fáctica e concreta de dar cumprimento aos preceitos legais quanto ao inicio das obras (sic), a não dotação de meios financeiros, possa constituir fundamento para o incumprimento do prazo do inicio das obras. Não só porque, desta forma estaria encontrada a forma de justificar todo e qualquer atraso, mas também porque um qualquer projecto imobiliário deve assentar num plano de investimento perfeitamente definido que é suposto existir no momento em que é solicitada a emissão do alvará de construção. Quando assim não suceda, não poderá ser tal circunstancia entendida como circunstancia justificativa do incumprimento, pois, em rigor, em ultima analise, e face à Câmara, a dita impossibilidade fáctica e concreta será sempre imputável ao Fundo.-----

-----Alias, o que o requerente anuncia no seu requerimento é que pretende a prorrogação por mais 3 anos, mas que não irá dar inicio às obras, pois continua sem meios financeiros para o efeito.-----

-----Assim, o requerente apenas apresenta como fundamento para a prorrogação a sua conveniência e interessa na manutenção da situação por mais 3 anos, ignorando a Câmara a situação de incumprimento do prazo de inicio das obras.-----

-----Deste modo, não se afigura que o requerente tenha trazido ao procedimento quaisquer razões relevantes que justifiquem a

alteração da posição da Câmara de declaração de caducidade.-----
-----Importa, contudo, fazer algumas precisões que se prendem com o regime excepcional de extensão dos prazos estabelecidos pelo DL nº 26/2010 e respectiva repercussão no presente procedimento e a ponderação do interesse publico na declaração de caducidade no caso presente.-----
-----Dissemos anteriormente que, tendo a licença sido emitida a 12.03.2008, a requerente Onoris SA, tinha o prazo de 9 meses, a contar daquela data, para dar inicio às obras, ou seja, as obras deveriam ter tido o seu inicio até ao dia 12.12.2008. Mantemos esta afirmação, pois o numero 3 do artigo 3º do DL nº 26/2010, que aumentou também para o dobro os prazos dos artigos 71º e 76º do RJUE não tem aplicação no caso.-----
-----Com efeito, o regime excepcional de extensão dos prazos, como refere o nº 4 do artº3 do DL nº 26/2010, apenas tem aplicação aos prazos que se encontrassem ainda em curso à data da publicação ou cujo prazo se iniciasse até 90 dias após essa publicação.-----
-----Ora, a 30.03.2010, já estava há muito ultrapassado o prazo para o inicio das obras (ainda que não declarada a caducidade da licença) pelo que não poderia beneficiar de qualquer extensão desse prazo. E mesmo que se pretendesse dar-lhe esse beneficio isso apenas transferiria para 12.09.2009 o prazo de caducidade pelo incumprimento do inicio das obras.-----
-----Por outro lado, a não declaração da caducidade até ao momento da entrada em vigor do regime do DL nº 26/2010 não preclude o direito da Câmara à respectiva declaração. Pensamos que este é um corolário do principio da legalidade.-----
-----No tocante à ponderação do interesse publico na declaração de caducidade, reiteramos o que dissemos na nossa anterior informação, tanto mais que, no caso em apreço, verificou-se desde a data do licenciamento uma considerável alteração das normas legais aplicáveis, designadamente no que respeita aos regimes das Acessibilidades, dos Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos

Edifícios (SCE), dos Sistemas Energéticos e de Climatização dos Edifícios (RSECE), das Características do Comportamento Térmico dos Edifícios (RCCTE), que o edifício licenciado, obviamente, não cumpre.-----

-----Deste modo, não se afigura merecer acolhimento a pretensão do requerente, pelo que deve a Câmara converter em decisão final a projectada declaração de caducidade licença de construção titulada pelo alvará nº 45/08.-----

-----III-Conclusões-----

-----Em face do supra exposto, podemos concluir:-----

-----Com a junção da escritura de compra e venda relativa aos prédios objecto da operação urbanística, fica sanada a falta de legitimidade da requerente Fund Box;-----

-----Não tendo sido efectuada a comunicação da alteração da titularidade, há violação do disposto na alínea o) do nº 1 do artigo 987º do RJUE, pelo que deve ser instaurado processo de contra-ordenação;-----

-----A requerente não traz ao procedimento quaisquer razões que possam minimamente justificar o incumprimento do prazo legal para iniciar as obras;-----

-----A invocada impossibilidade fáctica e concreta de dar cumprimento aos preceitos legais quanto ao início das obras por não estar dotada dos necessários meios financeiros não constitui fundamento atendível para o incumprimento;-----

-----O regime excepcional de extensão dos prazos apenas tem aplicação aos prazos que se encontrassem ainda em curso à data da publicação ou cujo prazo se iniciasse até 90 dias após a essa publicação, pelo que à data de 0.03.2010, já estava há muito ultrapassado o prazo para o início das obras (ainda que não declarada a caducidade de licença) pelo que não se pode beneficiar de qualquer extensão desse prazo;-----

-----A não declaração da caducidade até ao momento da entrada em vigor do regime do DL nº 26/2010 não faz extinguir o direito da Câmara à respectiva declaração;-----

-----O requerente pretende a extensão do prazo, mas confessa que

não irá dar início às obras em prazo previsível por carência de meios económicos, mantendo-se, assim, a situação de incumprimento;-----

-----Em acréscimo, posteriores alterações legislativas determinaram que o edifício licenciado não cumpre as actuais exigências construtivas e se encontra em contravenção ao RPUA;--

-----Deve, assim, ser indeferido pela Câmara o pedido de extensão do prazo da licença apresentado pelo Fund Box e ser declarada a caducidade da licença de construção nº 45/08, por as obras não terem sido iniciadas no prazo de 9 meses a contar da data de emissão do alvará."-----

-----Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade com fundamento no parecer jurídico, da seguinte forma:1- Considerar sanada a falta de legitimidade da requerente Fund Box relativamente ao pedido de extensão do prazo de licença de construção nº 45/08 emitida a favor de Onoris SA;-----

-----2-Instaurar processo de contra ordenação à Fund Box por falta de atempada comunicação da mudança de titularidade do prédio objecto da operação urbanística;-----

-----3-Declarar a caducidade da licença de construção nº 45/08, emitida a favor de Onoris SA, por não ter sido iniciada a obra no prazo de 9 meses a contar da data de emissão do alvará de licença de construção;-----

-----4-Consequente, indeferir o pedido de extensão da mesma licença de construção nº 45/08.-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE APOIO EXTRAORDINARIO DA JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA DO RIBATEJO DE 25.000,00€ PARA SATISFAÇÃO DOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS NO AMBITO DE PROCESSO JUDICIAL POR ACIDENTE DE TRABALHO NA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DO EDIFICIO DA JUNTA-----

-----O Senhor Presidente leu a seguinte proposta:-----

-----"Considerando que:-----

-----Se encontra pendente no Tribunal da Comarca um processo

decorrente do acidente ocorrido durante as obras de empreitada de construção do edifício da sede da Junta de freguesia de Benfica do Ribatejo (Proc. nº 99/03.8TAALR) de que resultou a morte de um trabalhador e em que foram demandados o empreiteiro, o director da obra, a Freguesia de Benfica do Ribatejo e o Município de Almeirim,-----

-----Nesse processo foram apresentados pela companheira de falecido, por si e em representação da sua filha menor, dois pedidos de indemnização cível com valores avultados, cujo valor global era de 95.000,00€ e 115.000,00€,-----

-----Na sequencia de negociações estabelecidas entre todos os intervenientes processuais foi possível chegar a um acordo relativamente à indemnização a pagar às demandantes, que foi fixado em 50.000,00€,-----

-----O valor que cabe à Freguesia pagar é de 25.000,00€,-----

-----O acordo estabelecido se apresenta como vantajoso para a Freguesia, quer economicamente, face à possibilidade séria de condenação em valor consideravelmente superior, quer numa perspectiva da imagem publica da autarquia, enquanto entidade atenta ao "drama" vivido pela família da vitima e pretende minorá-lo na medida do possível,-----

-----O valor que cabe à Freguesia pagar, deve ser pago em duas prestações iguais, com vencimento em 25.11 e 10.01 próximos,----

-----A Câmara Municipal, no que respeita às suas relações com as Freguesias, pode deliberar sobre formas de apoio às mesmas e que a atribuição de um subsidio extraordinário pode constituir uma forma de apoio a uma Freguesia,-----

-----No caso concreto se justifica a concessão deste apoio extraordinário,-----

-----Nos termos da alínea b) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção da lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro,-----

-----Proponho:-----

-----Que seja concedido um apoio financeiro extraordinário à freguesia de Benfica do Ribatejo, no montante total de

25.000,00€, sendo 12.500,00€ a transferir ao abrigo do orçamento do corrente ano até ao próximo dia 25 de Novembro próximo e os restantes 12.500,00€ a transferir ao abrigo do orçamento do ano de 2011, até ao dia 10 de Janeiro de 2011".-----

-----Além do ofício da Junta de Freguesia onde é solicitado apoio financeiro para resolução desta situação, acompanha também esta proposta, o parecer do Consultor jurídico, Dr. Victor Batista, que a seguir é transcrito:-----

-----"Requerente, Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, para Senhor Presidente da câmara Municipal de Almeirim, Processo nº 99/03.8TAALR - Indemnização do processo de acidente de trabalho - Pedido de subsidio extraordinário.-----

-----1 - Solicita a Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo a atribuição de um subsidio extraordinário, tendo em vista o pagamento de indemnização acordada no âmbito de processo-crime supra identificado.-----

-----O pedido formulado levanta duas questões distintas, como sejam a de saber (i) se o montante acordado se mostra adequado à situação concreta e (ii) se a Câmara pode atribuir o subsidio pretendido.-----

-----2 - O pedido de subsidio faz uma descrição genérica da situação, de que temos conhecimento pessoal por termos participado das negociações estabelecidas entre todos os intervenientes processuais.-----

-----Após nem sempre fáceis negociações, foi possível acordar no pagamento de indemnização global de 50.000,00€, valor distribuí em partes iguais pelo empreiteiro e pela Freguesia de Benfica do Ribatejo, sendo a parte da Freguesia paga em duas prestações de 12.500,00€, com vencimentos em 25.11 e 10.01 próximos.-----

-----A distribuição de responsabilidades assentou no critério adoptado pelos participantes nas negociações relativo às culpas presumidas de cada um dos demandados no processo: empreiteiro, seu técnico responsável pela direcção da obra, Município, enquanto autor do projecto, e Freguesia, enquanto dona da obra.-

-----Assentes naquele critério, e fazendo um juízo de prognose

relativamente ao que poderia vir a ser o desenrolar do julgamento e respectivo desfecho, conclui-se que não existia prova no processo que pudesse levar à condenação do técnico responsável pela direcção da obra, dado não existir termo de responsabilidade assinado pelo mesmo a assumir essa direcção de obra e que o Município poderia vir também a ser absolvido, por não ser claro que a sua possível omissão procedimental (falta de designação de coordenador de segurança e saúde em fase de projecto) não seria causa directa e adequada do acidente.-----

-----Deste modo, as responsabilidades foram assumidas, em exclusivo, pelo empreiteiro e pelo dono da obra, a Freguesia.---

-----O montante acordado para a indemnização é claramente vantajoso para os interessados dos demandados, e no caso particular da Freguesia, pois não seria de difícil ser fixada um valor indemnizatório claramente superior.-----

-----Com efeito, a simples indemnização pela perda do direito à vida tem sido fixada pelos Tribunais em valores que rondam os 50.000,00€. A este montante haveria de acrescentar os valores relativos aos danos de natureza não patrimonial, como sejam o desgosto da companheira e filha menor, pela perda do seu companheiro e pai e quanto à menor também por não o conhecer e que poderiam atingir valores globais do ordem dos 20.000,00€ a 25.000,00€.-----

-----Assim, entendemos que o valor indemnizatório acordado foi vantajoso para os demandados e, portanto, para a Freguesia de Benfica do Ribatejo.-----

-----III - No que respeita à pretensão formulada pela Junta de Freguesia, a mesma pode ser enquadrada na previsão da alínea b) do número 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99: "6 - Compete a Câmara Municipal, no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos:-----

-----b) Deliberar sobre formas de apoio às freguesias;"-----

-----Trata-se de uma formulação vaga, pois o legislador não fornece qualquer critério sobre o que sejam ou possam ser essas formas de apoio. Estamos, pois, perante o que é doutrinariamente

conhecido como um conceito indeterminado. Com efeito, frequentemente a lei acolhe na sua formulação conceitos jurídicos indeterminados e, com base neles, confere à administração uma "margem de livre apreciação" para analisar uma dada situação de facto. Sendo assim, cumpre ao órgão executivo do Município, determinar casuisticamente, após previa ponderação do todos os elementos que, de forma directa ou indirecta, poderão influenciar a decisão final, o que seja uma forma de apoio a uma Freguesia.-----

-----E que elementos poderão, no caso em apreço, concorrer para a ponderação da decisão de atribuição do subsidio? Pelo que decorre do contexto do acordo, podemos identificar o facto de (i) o valor se destinar ao pagamento de uma indemnização devida em virtude de um acidente de trabalho em que a freguesia terá tido uma quota de responsabilidade, (ii) o interesse publico resultante da própria existência do acordo, quer numa perspectiva estritamente financeira, pelas vantagens que proporcionou, quer também numa perspectiva de preservação da imagem publica da autarquia, enquanto entidade que reconhece o "drama" vivido pela família da vitima e se mostra disposto a compensá-lo, por um lado, e honra os seus compromissos, pelo outro.-----

-----Ora, neste enquadramento e dentro dos poderes discricionários que a Câmara dispõe relativamente à concessão de apoios financeiros e do juízo que faça da sua conveniência, parece que a atribuição do subsidio, nas circunstancias do caso, se configura, parafraseando Teresa Melo Ribeiro, não apenas como uma solução possível, mas como a única solução correcta.-----

-----Parece-nos assim, que a atribuição de um subsidio a uma Freguesia tendo bem vista conferir-lhe meios financeiros que permitam cumprir compromissos assumidos no âmbito de um processo judicial pode constituir uma forma de apoio a essa Freguesia, sendo pois enquadrável na previsão da alínea b) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99.-----

-----IV - Em face do exposto, podemos concluir:-----

-----O montante acordado para a indemnização (25.000,00€) é claramente vantajoso para o interesse da Freguesia, pois não seria de difícil ser fixada um valor indemnizatório claramente superior;-----

-----Deste modo, o acordo celebrado com a demandante respeita integralmente o interesse publico;-----

-----A Câmara Municipal, no que respeita às suas relações com as Freguesias pode deliberar sobre formas de apoio às mesmas;-----

-----Em termos gerais, a atribuição de um subsidio extraordinário pode constituir uma forma de apoio a uma Freguesia;-----

-----Na deliberação de atribuição de um qualquer apoio goza a Câmara de ampla margem de apreciação, mas que deve ser balizada por critérios que justifiquem plenamente a decisão que vier a ser tomada;-----

-----Os valores que são identificáveis no caso presente e que concorrem para a decisão justificam, em nosso entender, a concessão do subsidio;-----

-----Assim, a atribuição de um subsidio a uma Freguesia dotando-a de meios financeiros que lhe permitam cumprir compromissos assumidos no âmbito de um processo judicial pode constituir uma forma de apoio a essa Freguesia".-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo questionou o Presidente se a Câmara foi arguida neste processo, bem como qual o papel do seguro no mesmo. Referiu que se o empreiteiro não tinha seguro para dar a competente indemnização, vem, depois resolver a situação com dinheiro do erário publico.-----

-----O Senhor Presidente respondeu que a Câmara não foi arguida no processo, que a responsabilidade é da Junta , que na verdade a Câmara só ofereceu o projecto à Junta de Freguesia.-----

-----Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICIPIO DE
ALMEIRIM AO PROJECTO DA CULTURA AVIEIRA - APROVAÇÃO DE PROTOCOLO

-----A Senhora Vereadora Maria de Fátima Cardoso, apresentou a
proposta a seguir transcrita:"Proponho a aprovação de adesão do
Município de Almeirim ao projecto Cultura Avieira, através da
aprovação do protocolo em anexo".-----

-----Acompanha esta proposta um "Nota Justificativa", do
seguinte teor:"O projecto de candidatura da cultura Avieira a
património nacional tem uma componente material de criação de um
novo destino turístico em Portugal, aprovada no âmbito do
QREN/Provere.-----

-----Posteriormente vieram a aderir formalmente diversas câmaras
ao consórcio.-----

-----Atendendo aos custos inerentes à comparticipação nacional
no financiamento do projecto, e, sendo o líder institucional um
estabelecimento de ensino superior sujeito a fortes restrições
orçamentais, considera-se indispensável a repartição equitativa
dos custos da gestão do projecto pelas instituições aderentes ao
acordo.-----

-----Este acordo, que agora se implementa, não invalida a adesão
posterior de outras instituições que aceitem participar no
esforço de co-financiamento.-----

-----Dadas as manifestas dificuldades em promover a assinatura
simultânea das instituições envolvidas, encontrou-se uma nova
forma de formalizar o acordo através do seu desdobramento em
acordos bilaterais celebrados entre o líder institucional e cada
uma das instituições aderentes sendo, obviamente, o modelo
uniforme para os envolvidos.-----

-----O acordo de co-financiamento é constituído por tantas fases
quantos os sub-acordos, assinados que dele farão parte
integrante.-----

-----Refere-se por ultimo, que a data a considerar para a
assinatura deva ser a da sua aprovação pela entidade
competente".-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo disse que se está a avançar para um processo muito caro, e fez referencia ao facto do protocolo não ter valores mencionados. Disse ainda, que do conhecimento que tem, só é dado dinheiro para garantir o funcionamento da estrutura. Referiu que era importante que o nosso núcleo fosse o primeiro a candidatar-se, caso contrario pagaremos e não beneficiamos nada.-----

-----O Senhor Vice Presidente disse ter uma opinião muito própria em relação ao assunto. Uma realidade é participar no projecto, até porque tem um nível global, outra é o nosso concelho que o que tem são quatro casas em Benfica do Ribatejo. Referiu que quando ouviu falar neste assunto, supôs que seria para recuperar uma aldeia inteira, mas que o momento que o país atravessa não será o mais favorável a gastos de dinheiro. Por fim disse, que talvez o mais importante fosse aproveitar o pólo criado em Benfica, arranjar transportes, tais como barcos, autocarros ou mesmo charrete, para fazer chegar as pessoas ao pólos, onde se fizesse uma recriação gastronómica, folclórica, etc.-----

-----O mesmo Autarca disse que investir num sitio com pouco interesse não lhe parece o mais viável. Do ponto de vista turístico não poderemos competir com Valada ou Caneiras, por exemplo, já que não existem infraestruturas necessárias.-----

-----A Senhora Vereadora Fátima Cardoso esclareceu que aquando da candidatura, todos estes aspectos foram debatidos.-----

-----Foi deliberado por unanimidade ratificar a proposta de adesão acima descrita.-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE VENDA À SOCIEDADE AGRICOLA DA ALORNA DO LOTE 54-A DA ZAE - Transcrição da proposta apresentada pelo Senhor Presidente, relativa ao assunto acima

referido:"Aquando da compra à Sociedade Agrícola da Alorna, do terreno para ampliação da zona industrial, existiu um pré-acordo de forma a que uma porção de terreno, agora o lote 54-A da ZAE, com a dimensão de 374,5m2, descrito sob o nº 5289/Almeirim, fosse vendido à mesma Sociedade Agrícola.-----

-----Assim, proponho que a Câmara delibere essa venda de acordo com o preço fixado em Regulamento."-----

-----A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE COMPRA À SOCIEDADE AGRICOLA DA ALORNA DE 38.398 M2 DE TERRENO-----

-----Relativamente a este assunto foi presente pelo Senhor Presidente a seguinte proposta:"Atendendo a que a Sociedade Agrícola da Alorna tem nova gerência e pretende regularizar as várias cedências de terreno que nos foram fazendo ao longo do tempo, nomeadamente para a construção da Circular Urbana e da ETAR da Tapada, proponho a aquisição de 38.398m2, sendo 38.200m2 para a circular e 198m2 para a ETAR, conforme planta em anexo, a 1€/m2".-----

-----Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DA SRA VEREADORA MARIA EMILIA BOTAS MOREIRA COMO CONSELHEIRA LOCAL PARA A IGUALDADE - O Senhor Presidente apresentou a proposta abaixo transcrita:-----

-----"Conjugando o estipulado na alínea i), nº 2 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro com a redacção introduzida pela Republicação com a Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, com o previsto na Resolução do Conselho de Ministros nº 39/2010, de 25 de Maio de 2010, proponho a nomeação da Srª Vereadora Maria Emília Botas Moreira, como Conselheira Local para a Igualdade, em representação do Município de Almeirim, por considerar que

reúne o perfil adequado, tem conhecimento e experiência da realidade local nas matérias de igualdade e combate à discriminação."-----

-----Esta proposta foi aprovada por unanimidade, e por escrutínio secreto.-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE TAXAS E LICENÇAS -----

-----A Senhora Vereadora Fátima Cardoso, apresentou a seguinte proposta:"Nos termos do artigo 64º, nº 7, alíneas a) e d) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, respeitante à elaboração e aprovação de posturas e regulamentos da competência exclusiva da Câmara Municipal, por existirem incorrecções no actual regulamento de taxas municipais, assim como a necessidade de alterar a cobrança de taxas propõe-se a análise e aprovação da proposta em anexo".-----

-----Anexa a esta proposta, encontra-se a "proposta de alteração do regulamento de cobrança de taxas e licenças (erros e omissões):-----

-----1ª alteração: O artigo 24º remete para o artigo 62º da tabela quando o mesmo não existe na actual tabela uma vez que termina no artigo 59º. Este artigo refere-se ao "Armazenamento de bens em instalações municipais" constante no quadro LIII do artigo 58º. Propõe-se que se altere a redacção ficando a mesma da seguinte forma:-----

-----O artigo 24º - Guarda de bens por despejo - À guarda de bens resultantes de um despejo efectuado pela Câmara Municipal não é aplicável a taxa do artigo 58º da Tabela durante os dois primeiros meses.-----

-----2ªalteração-Artigo 33º. Remete para os artigos 62º e 63º da tabela, quando estes artigos não existem na tabela actual.-----

-----Propõe-se que se altere a redacção da seguinte forma:-----

-----Artigo 33º - Depósito e Venda de Bens.-----

-----1 - As despesas com o transporte para o depósito dos bens a

que se referem os artigos 58º e 59º da Tabela e com a guarda desses bens e outras que vierem a ser ocasionadas pelos mesmos são da conta dos respectivos proprietários.-----

-----2 - -----

-----3 - -----

-----4 - -----

-----3ª alteração - Publicidade: Secção II, artigo 37º
Publicidade em mobiliário urbano.-----

-----1.1 e 1.2 Não parece razoável o seu valor, na tabela anterior cobrava-se 1.97 passando para 10.00€ e de 1.37 passou para 100.00€, assim propõe-se 5.00€ e 25.00€ respectivamente;---

-----Propõe-se a seguinte redacção:-----

-----Artigo 27º - Publicidade em edifícios e mobiliário urbano--

-----Quadro XXIII - Publicidade em edifícios e mobiliário urbano

-----1 - Painéis, chapas, tabuletas, placas, cartazes, mupis e semelhantes, ocupando espaço publico - por m2:-----

-----1.1 - por mês -----5.00€-----

-----1.2 - por ano -----25.00€-----

-----3.Publicidade electrónica (display municipal) - por m2 do dispositivo e por ano. Propõe-se a seguinte redacção:-----

-----"Publicidade electrónica (display municipal) - por hora 60.00€".-----

-----5.Publicidade apenas mensurável linearmente - por metro linear: Na tabela anterior cobrava-se 1.55€ e 5.19€ propõe-se a cobrança de 3.00€ e 10.40€ respectivamente.-----

-----Propõe-se a seguinte redacção:-----

-----5 - Publicidade apenas mensurável linearmente - por metro linear:-----

-----5.1 - por mês -----3.00€-----

-----5.2 - por ano -----10.40€-----

-----6.Publicidade não mensurável de acordo com os números anteriores - por anuncio: propõe-se os valores do ponto 5.-----

-----Propõe-se a seguinte redacção:-----

-----6 - Publicidade não mensurável de acordo com os números anteriores - por anuncio:-----

-----6.1 - por mês -----3.00€-----
-----6.2 - por ano -----10.40€-----
-----4ª alteração - artigo 31º - Publicidade diversa, quadro
XXVII - Propõe-se a alteração de preço, ficando a redacção da
seguinte forma:-----
-----1.Cartazes de propaganda comercial, a afixar em muros,
vedações, tapumes e locais semelhantes:-----
-----1.1 - Até 10 cartazes -----20.00€-----
-----1.2 - De 10 a 50 cartazes -----50.00€-----
-----1.3 - Mais de 50 cartazes -----75.00€-----
----- 2.Bandeiras, faixas e pendões com fins comerciais ou
outros - por mês: propõe-se: especificar a quantidade,
acrescentando-se ao ponto 2 do artigo 31º quadro XXVII os
pontos:-----
-----2.1 - Até 10 - 20.00€-----
-----2.2 - De 10 a 50 - 50.00€-----
-----2.3 - Mais de 50 - 75.00€-----
-----Propõe-se a seguinte redacção:-----
-----2 - Bandeiras, faixas e pendões com fins comerciais ou
outras por mês - por mês:-----
-----2.1 - Até 10 - 20.00€-----
-----2.2 - De 10 a 50 - 50.00€-----
-----2.3 - Mais de 50 - 75.00€-----
-----5ª alteração - Secção II - Outras actividades económicas -
quadro XLV retirar "Mercado Municipal" e escrever "Exploração de
Maquinas de Diversão".-----
-----Depois de discutidos os valores e alterações a fazer, e
posta a votação, foi a proposta aprovada por unanimidade.-----

-EXPEDIENTE GERAL-

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TOMAR - A Câmara tomou conhecimento do teor da acta da 4.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal

de Tomar, acerca da Moção sobre "Portagens na A 23".-----

-----UNIÃO COMUNITARIA DOS DOENTES COM CANCRO - O Executivo tomou conhecimento da acção desenvolvida da União Comunitária dos Doentes com Cancro.-----

-----UNICEF - A Câmara deliberou por unanimidade proceder à transferência de 260€, para apoio à actividade desenvolvida em ajuda a crianças sub nutridas.-----

-----ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA AMIGOS DE RAOUL FOLLEREAU - Foi deliberado por unanimidade, proceder à aquisição de 100 postais, cujo valor reverte a favor da ajuda dos doentes com lepra.-----

-----HOQUEI CLUBE OS TIGRES - Presente o pedido de apoio para deslocação aos Açores da Secção de Patinagem.-----

-----Deliberado por unanimidade proceder à transferência de 650€.-----

-----SECÇÃO DE TAXAS E LICENÇAS - Foi presente ao Executivo a informação interna da referida secção, relativamente a documentos emitidos e não pagos de limpezas de colectores (fossas/esgotos), com informação de que de acordo com o estipulado no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, deverão ser debitados ao Tesoureiro.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade proceder ao débito à tesouraria.-----

-----ASSOCIAÇÃO HUMANITARIA DOS BOMBEIROS VOLUNTARIOS DE ALMEIRIM - Para esta deliberação, ausentou-se o Senhor Vice Presidente, Pedro Ribeiro, por se encontrar legalmente impedido de participar na votação.-----

-----A Associação de Bombeiros solicita apoio para aquisição de material e equipamentos, necessários à melhoria de serviço prestado, sendo o valor suportado pela Associação, no montante

de 14.910,29 euros, mais o valor do IVA.-----

-----Posto a votação, foi deliberado pelo Executivo proceder à transferência de 60% desta valor e o respectivo IVA.-----

-----ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL MANUEL CIPRIANO - PAÇO DOS NEGROS - Sendo esta Associação de formação recente, e sem verbas próprias para as despesas inerente ao processo de formação, solicitam apoio financeiro para valores já pagos junto do Cartório Notarial e Portal da Empresa, cujos valores são respectivamente 254,87 e 84 euros.-----

-----Foi deliberado por unanimidade proceder à transferência dos valores acima indicados, perfazendo o total de 338,87€.-----

-----GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL - Presente o pedido devidamente contextualizado em nome de Ilda de Matos Alves, a solicitar autorização para frequência gratuita de hidroginástica, a qual é aconselhada pelo médico, conforme declaração que está anexa ao pedido.-----

-----Foi deliberado por unanimidade, autorizar a frequência gratuita de hidroginástica.-----

-----Pelo mesmo Gabinete foi também presente o pedido de apoio para passe escolar, para Vanessa Filipa Augusto Paulo, que neste momento irá efectuar o estagio profissional no Casal Branco.-----

-----Posto a votação, foi deliberado por unanimidade apoiar no valor do passe.-----

-----TOPONIMIA - O Senhor Vice Presidente leu a seguinte proposta:"Tendo em conta o documento em anexo, que atesta o trabalho realizado pelo Sr. Ernesto Carvalho e Vasconcelos em termos científicos, tendo ainda em conta o facto de ter sido até ao momento o único Oficial da Marinha, de Almeirim, que atingiu o Almirantado, proponho que à Rua 3 da Urbanização da Alorna - Campos de Almeirim seja atribuído o topónimo "Rua Almirante

Ernesto de Vasconcelos - Militar e Geógrafo - 1852-1930."-----

-----Anexa a esta proposta está o historial de vida do Almirante Ernesto Carvalho e Vasconcelos, bem como obras e artigos por ele publicados.-----

-----Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----PLACA NA TAPADA - Presente o pedido de autorização por parte dos moradores da Tapada, para colocação de placa no espaço circundante da Igreja, com a seguinte designação para o local:"Jardim Manuela Moura".-----

-----Todo o Executivo concordou.-----

-----O Senhor Vice Presidente apresentou o projecto que ainda está em estudo, relativo à criação de uma "horta urbana", e solicitou ao Executivo que reflectisse sobre o assunto, para discussão numa próxima reunião.-----

-----ACTAS - Tendo sido previamente distribuída a acta 2 de Novembro de 2010, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das senhas de presença.-----

-----Às dezassete hora e trinta foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Assistente Técnica desta Autarquia, elaborei a presente acta, que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara

A Assistente Técnica